

“NOSSO BRASIL”: A CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO RACIAL EM UM LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

“NOSSO BRASIL”: THE CONSTRUCTION OF RACIAL PREJUDICE IN A HISTORY TEXTBOOK

José Soares Filho*

Edson Soares Martins**

RESUMO: O presente trabalho objetiva realizar uma análise, de orientação bakhtiniana, da relação entre conteúdo curricular e expressão discursiva do patriotismo e do preconceito racial no livro *Nosso Brasil*, destinado ao ensino do 4º do primário, onde o conteúdo programático é desenvolvido a partir de um núcleo de ação em que a personagem Claudio, professor, aproveita para transformar a viagem com os filhos (Dora e Luis) em uma oportunidade para pensar sobre a história e cultura do Norte e Nordeste do Brasil. Buscamos entender como as representações dos enunciados que expressam o preconceito racial e patriotismo estão associados às ideias de memória coletiva e silenciamento, de acordo com Pollack (1989), e pensadas em conexão com a proposta de formação histórica de uma tipologia dos intelectuais brasileiros, conforme Santos (2004). Isso possibilita perceber como os enunciados concretos se relacionam com a vida e com o meio de produção específico em que os agentes enunciativos atuam.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros do discurso; preconceito racial; livro didático.

ABSTRACT: This article aims to perform a Bakhtinian analysis of the relationship between curriculum content and discursive expression of patriotism and racial prejudice in the book *Nosso Brasil*, intended for the teaching of the 4th grade, where the curriculum is developed from a core in which Claudio, teacher, seizes the opportunity and turns the trip with their children (Dora and Luis) into a moment to reflect on the history and culture of northern and northeastern Brazil. We seek to understand how representations of statements that express racial prejudice and patriotism are associated with the ideas of collective memory and silencing, according to Pollack (1989) and thought in connection with the proposal of historical formation of a typology of Brazilian intellectuals, conformed to Santos (2004). This allowed us to understand

* Graduando em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: josesoares2025@gmail.com.

** Professor Doutor do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: edson.soares@urca.br

how concrete expressions relate to life and to the specific means of production in which enunciative agents act.

KEYWORDS: Speech genres; racial prejudice; textbook.

INTRODUÇÃO

Ideias como o patriotismo exacerbado, o racismo, a misoginia ou a xenofobia possuem um modo específico de serem enunciadas, um discurso que lhes seja próprio? No famoso estudo dedicado aos gêneros do discurso, Bakhtin ([1952-1953] 1997) inicia pela afirmação de que existe uma diversidade enorme de esferas da atividade humana e todas elas estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Consequentemente, os modos de utilização da língua são tão variados quanto as próprias esferas da atividade humana, de modo que é possível entender que ao discurso do patriotismo ou racismo, por exemplo, se ocorrem em um livro didático, corresponde um ou vários modos de utilização da língua. Pensando nisso, o presente trabalho propõe realizar uma análise bakhtiniana da relação entre conteúdo curricular e expressão discursiva do patriotismo e do preconceito racial no livro *Nosso Brasil* ([entre 1925 e 1945] 1947), escrito por Luís Amaral Wagner. De forma complementar, propomos também entender a questão de tais representações associadas à ideia de memória coletiva e aos processos de silenciamento da memória trabalhados por Michael Pollack (1989) e pensadas em conexão com a proposta de formação histórica de uma tipologia dos intelectuais brasileiros, formulada por Joel Rufino dos Santos (2004).

Como Bakhtin encara a forma de relacionamento entre as esferas da atividade humana e os modos de utilização da língua? O pensador russo sustenta que “[...] a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. [...]” (BAKHTIN, 2003, 265). Essa relação entre aspectos da língua e da vida está, como não poderia deixar de ser, evidenciada no discurso no livro didático: podemos perceber como os enunciados concretos se relacionam com a vida e o meio de produção específico em que os agentes enunciativos atuam e, consequentemente, pode-se perceber como uma memória específica – no caso, a da escravidão e do ufanismo patriótico – é construída pelo autor através de elementos que inter cruzam experiências da vida enunciadas pela língua.

Como o uso da língua é realizado através de enunciados concretos e únicos, sejam eles orais ou escritos, é preciso entender que estes emanam das esferas da atividade humana e refletem suas condições específicas. Tais enunciados, se considerados isoladamente, podem ser percebidos no conjunto de uma relação que envolve conteúdos temáticos (objetos do discurso), estilos (questões individuais: vocabulário, estruturas frasais, preferências gramaticais) e construções composicionais (aspectos ligados, principalmente, à forma que o discurso assume).

O livro didático com o qual pretendemos trabalhar os problemas apontados acima é um exemplo típico de uma forma pedagógica que gozou de grande prestígio e que ainda pode ser encontrada nos manuais de ensino de línguas. *Nosso Brasil* é um manual de história composicionalmente construído por meio de um encadeamento de episódios narrativos, protagonizados por um pai professor e seus dois filhos (Dora e Luiz). O conteúdo programático é desenvolvido a partir de um núcleo de ação em que a personagem Claudio, na condição de professor, aproveita para transformar a viagem com os filhos, ao longo do Brasil, em uma oportunidade para pensar sobre a história e cultura do Norte e Nordeste do país.

Na narrativa em que a família visita a Bahia, como nos demais estados, as atividades, conteúdos e textos são desenvolvidos e determinados pela construção de tipos relativamente estáveis de enunciado, que, além de transmitir um conteúdo temático, colaboram para a construção de uma memória oficial. Pensando nisso, será necessário observar as possibilidades de construção de sentidos que envolvem as temáticas trazidas no livro, sua relação com um discurso dominante que mantém viva uma memória oficial e a estrutura do próprio gênero do discurso como gênero primário (diálogos entre as personagens) e secundário (narrativa paradidática, poemas, textos políticos, discursos patrióticos, ilustrações).

VESTES E ADORNOS DO PRECONCEITO RACIAL

Selecionamos, como dito acima, um trecho da obra em que a família do Professor Claudio, ao chegar em Salvador, faz um primeiro passeio e recolhe impressões sobre a cidade. Cabe ao narrador a tarefa de apontar as informações que constituem o primeiro plano de conteúdo temático do que seria a lição de história, o conteúdo da aula a ser ministrada a partir daquele capítulo.

Nesta lição, a personagem Claudio pretende, talvez, através de um conjunto de especificidades de cada localidade, mostrar como se organiza o arranjo da cultura local através de construções e monumentos arquitetônicos, configurações que mostram o progresso desses estados e, além disso, explorar a presença de personagens específicos que seriam símbolo da cultura de Salvador. O autor mobiliza, neste capítulo, enunciados responsáveis por evidenciar a presença da Igreja do Senhor do Bonfim, do Elevador Lacerda e o serviço de limpeza da cidade, com o uso destacado de adjetivos: famosa, ao se referir a Igreja do Senhor do Bonfim; moderno, para falar do elevador e invejável, relativo ao serviço de limpeza da cidade, o que corrobora para a construção de uma imagem que conota a ideia de cidade desenvolvida e moderna. Apesar disso, nas próximas linhas, o processo enunciativo gira, principalmente, em torno da vestimenta das mulheres da Bahia e da memória à qual elas remetem:

AS BAIANAS

O Sr. Claudio levou os filhos a passeio pela cidade.

Estiveram na famosa Igreja do Senhor do Bonfim e depois subiram à Cidade Alta, pelo moderno elevador Lacerda.

A Bahia possui um invejável serviço de limpeza pública.

Dora e Luis ficaram admirados ao verem algumas baianas de cabeça amarrada com alvos panos rendados, vestindo blusas decotadas e com o pescoço e os braços enrolados de cordões e braceletes de contas multi-cores. Assim que na volta de uma esquina deram com algumas baianas vendendo doces e frutas, exclamaram:

- Olhe, papai! Aquilo não é vestido de carnaval?

- Não, meus filhos; algumas baianas possuem seus trajes originais, vestem-se à sua própria moda. O que há é o seguinte: no carnaval todos procuram mudar de cara e por isso fantasiar-se da melhor forma. Há homens que se vestem de mulher e mulheres que se vestem de homem. Outros se transformam em chineses, em tirolezes, em cossacos, em húngaros e em baianas. Cada qual procura um disfarce, uma fantasia extravagante - ou a vestimenta típica de um povo.

- Mas por que algumas baianas se vestem assim?

- Por tradição e por moda. Antigamente era assim que as pretas africanas mostravam a sua garridice. Quanto mais refolhos tinham no rodado da saia, e mais bordados no cabeção da camisa, mais admiradas eram. Hoje, porém, já são raras as que se vestem como dantes.

- Por quê?

- Talvez por vergonha, meu filho. Esta maneira de vestir lembra a escravatura, a maior mancha da nossa história.

- Então os escravos existiram mesmo?

- Existiram, sim, e a Bahia é um dos Estados que mais lembram êsse terrível pesadelo.

- Por quê?

- Porque, por muito tempo, a Bahia foi a capital do Brasil, sendo onde os navios negreiros despejavam suas cargas de escravos. E' por isso que essas baianas de tabuleiros, vendedoras de certas comidas como vatapá e o caruru, nos trazem logo à lembrança os tempos da colônia e da escravidão. (WAGNER, 1947, p. 67-69).

A denominação “as baianas” remete não à ideia de pertencimento geográfico ou origem, mas a um papel social percebido através da indumentária, que parece dominar a preocupação do narrador e das crianças. Esse interesse pelas vestimentas que as mulheres negras da Bahia

usam é demonstrado no texto através da reação de estranhamento das crianças. O discurso do pai traz uma explicação a respeito do uso e desuso do traje daquelas mulheres, no qual há declarações que mostram a sua falta de conhecimento sobre o conteúdo simbólico e histórico das vestes. Para ele, as “mulheres baianas” usam aqueles trajes por pura “tradição e por moda”. Dessa forma, ignora-se todo o valor cultural e histórico agregado a esses trajes, pois não há sequer uma breve explicação de aspectos da tradição religiosa a que essas vestes pertencem, mas há antes uma justificativa que liga a imagem da baiana à fantasia de carnaval, típica do sudeste brasileiro.

Quanto ao desuso dessa indumentária, segundo o pai das crianças, a grande maioria das mulheres pretas, de descendência africana e afro-brasileira, que moravam na Bahia, teria deixado de usar aquela vestimenta por um motivo do qual o narrador se compadece: “- Talvez por vergonha, meu filho. Esta maneira de vestir lembra a escravatura, a maior mancha da nossa história.” (WAGNER, 1947 p. 69). Há, nesse discurso, uma disputa da memória (POLLACK 1989), uma tentativa de construção da memória oficial específica, que oculta elementos simbólicos e culturais. Essa desconstrução dos modos e significados culturais e, por consequência, sociais, agregados às vestes daquelas mulheres, acontece porque as memórias que são registradas são aquelas consideradas relevantes para quem as registra. Fica nítido, para o leitor de hoje, o desconhecimento – ou despreparo – do pai ao falar dos aspectos culturais trazidos por essas vestes e do valor simbólico agregado à indumentária. Isso ocorre por causa de uma das características da memória, que é a de estar preservada em vários lugares, objetos e espaços, desde um monumento como o Pelourinho (curiosamente apagado no passeio da família), nas vestes da “mulher baiana” e até no próprio discurso enunciado no livro.

A vestimenta, no que se presume ser o entendimento de crianças em idade escolar, seria tida como algo exótico, chamativo e, por isso, próprio do carnaval: “- Olhe, papai! Aquilo não é vestido de carnaval?” (WAGNER, 1947, p. 69). Essa é a impressão que as crianças têm da indumentária das mulheres, mas o ponto de vista do pai não é tão diferente, pois as descreveu como fenômeno da moda ou da vaidade, quando, na verdade, há, na indumentária, uma carga de valores culturais e históricos que foram totalmente apagados do discurso existente nesse gênero discursivo: no manual didático de Wagner, como em vários outros, o valor religioso e o valor econômico da atividade das baianas - percebidas como sujeitos subalternizados, pela condição socioeconômica ou de gênero - são os principais elementos afetados nesta disputa de memórias.

Ademais, não há uma preocupação em conhecer o nome que os sujeitos dão aos adereços que usam: pano, blusa, cordões, braceletes são palavras do repertório lexical pertencente ao campo do observador. Não haveria justificativa para o desconhecimento dos componentes do traje, pois já havia, na época, produções artístico-culturais que enunciavam isso, como por exemplo a canção “O que é que a baiana tem?”, de Dorival Caymmi, lançada em [1938-1939] e presente no filme “Banana da terra”, cantada por Carmem Miranda:

[...]

Tem **torço** de seda, tem!

Tem brincos de ouro, tem!

Corrente de ouro, tem!

Tem **pano-da-Costa**, tem!

Tem **bata** rendada, tem!

Pulseira de ouro, tem!

Tem sandália enfeitada, tem!

E tem graça como ninguém!

[...]

Um **rosário de ouro**, uma bolota assim

Quem não tem balangandãs não vai no Bonfim

[...]

(CAYMMI, 2019 [1938-1939] grifo nosso).

As escolhas lexicais do pai denominam o pano-da-Costa e o torço de “pano”; a corrente e o rosário de ouro de “cordão”; a pulseira de “bracelete”; e a bata de “blusa”, de modo que essas escolhas desfiguram os aspectos religiosos contidos nos elementos constitutivos das vestes daquelas mulheres. A visão demonstrada no diálogo entre pai e filhos nos leva a crer que não há um reconhecimento das “mulheres baianas” como iguais aos observadores, em termos de dignidade e cidadania. O narrador somente as enxerga como pessoas desempenhando um determinado tipo de função que lhes é “típica” e seria percebida pelo modo de vestir, que acaba por remeter à memória da escravidão, que surge no texto como mancha para a sociedade. Elas não aparecem como sujeito agente, mas como objeto que é descrito aos moldes do observador. O sentimento que surge é de admiração e espanto e isso desencadeia um processo em que se compreende de forma equivocada o uso das vestes. Por consequência, o lugar de sujeito que as “mulheres baianas” têm é tomado pelo discurso do professor que descreve a seu modo os porquês dessas mulheres se vestirem assim e, por fim, a partir da construção desse discurso, a memória, com todos os elementos culturais e todas as suas especificidades, é suprimida e ofuscada por essa outra versão trazida pelo autor do texto.

Antes de extrairmos conclusões sobre a linguagem no livro didático, passemos a outro fragmento da obra.

DE CAPITÃES-DO-MATO A ABOLICIONISTAS

OS ESCRAVOS

- Há cinquenta anos atrás, continuou o Sr. Claudio, eram raros os empregados a sôlto. Quem queria cozinheira, copeira ou trabalhador de campo punha um anúncio no jornal assim:

Compra-se uma escrava que seja boa cozinheira e esteja amamentando, etc.

Apareciam os vendedores e fechava-se o negócio, com um contrato de compra e venda devidamente legalizado. Daí o escravo, ou escrava, pertencia ao novo dono, para quem tinha de trabalhar sujeitando-se a pancadas e todos os maus tratos possíveis.

- Por que não fugiam?

- Porque os escravos fugidos, quando apanhados, eram castigados terrivelmente, passando dias e noites presos pelos pés no tronco. Naquele tempo havia os capitães-do-mato, uma espécie de polícia especializada em pegar negros fugidos.

- De onde vinham, papai, esses negros todos?

- Da África. Lá também havia uma espécie de capitães-do-mato, que aprisionavam os pretos e os mandavam para o Brasil em navios negreiros. Eram uma coisa muito triste essas viagens. Os míseros pretos vinham amontoados nos porões, como porcos. Num espaço em que mal cabiam vinte pessoas, viajavam até cem criaturas.

- Que horror! Exclamou Dora

- Sim, um horror. A falta de alimento, o enjôo, a imundície, as doenças, davam cabo da maior parte da carga, fazendo que só um terço chegasse ao Brasil.

- E como eram vendidos?

- No mercado de escravos onde os compradores iam examinar-lhes os dentes, a rijeza dos músculos...

Os mais moços e fortes alcançavam melhor preço que os velhos e fracos.

- E como foi que acabou a escravidão?

- Com a campanha abolicionista, levada a efeito naquela época.

- Abolicionista?!

- Sim, Dora, abolicionista. Eles queriam acabar, abolir a escravidão. No princípio houve grande resistência e os abolicionistas foram perseguidos; mas acabaram vencendo. A libertação foi oficializada no dia 13 de maio de 1888.

- Quem é que perseguia os abolicionistas?

- Quem, senão os fazendeiros, os ricos, os donos de escravos? A abolição não convinha de forma nenhuma a esses senhores. Como teriam eles quem trabalhasse de graça nos seus campos e nas suas cozinhas?
- E os principais abolicionistas, papai?
- Os que mais se salientaram foram Luiz Gama, um ex-escravo, José do Patrocínio, Rui Barbosa, José Mariano, Joaquim Nabuco, Euzébio de Queiroz e Antônio Bento. (WAGNER, 1947, p. 74-75).

Ao continuar a viagem pelo estado baiano, Claudio conta a seus filhos a sua versão da história da escravidão. O texto inicia com um enunciado que remete à compra de escravos. Parece haver no discurso uma justificativa que deixa subentendida a existência de uma validação implícita da escravidão: o argumento postula que eram raros os empregados a soldo na época e, dessa forma, os escravos parecem servir para suprir essa carência de mão de obra. O fato é que a mão de obra assalariada era rara porque a regra vigente era o trabalho escravo, e não o contrário.

Cita-se ainda, na continuidade do texto, a existência de três demandas de tipos e funções específicas para esses escravos. São elas: “cozinheira, copeira e trabalhador do campo”. É importante observar que, no anúncio descrito, não há funções domésticas atribuídas a homens, a quem seria destinado apenas o trabalho no campo. O critério para escolha da escrava, que podemos observar nesse anúncio, era que ela cozinhasse bem e estivesse amamentando, o que descartaria homens e algumas mulheres. O critério de escolha “estar amamentando”, para além da função de ama-de-leite, comum à época, nos leva a crer que a maternidade seria mais uma forma de controle daquela mulher escravizada, levando em conta que a dificuldade de fuga se tornaria maior e que o medo constante de que ela ou a criança fossem castigadas serviria para justificar essa sujeição e alimentar a ideia de comodismo e aceitação da vida como escravo.

Uma das crianças faz a pergunta: “por que não fugiam?” A resposta do pai tem como justificativa o medo dos terríveis castigos, que podiam advir em decorrência da rebeldia, caso fossem pegos. Esse tipo de discurso alimenta a ideia de que o negro se sujeitava à escravidão e se acomodava à vida de sofrimento. Existe, todavia, um discurso compassivo, evidente na escolha de palavras como “terríveis e rebeldia”.

Surge então a figura do Capitão do Mato, “uma espécie de polícia especializada”, que seria responsável pela captura e controle dos escravos que fugiam. Esses capitães do mato eram, quase que em totalidade, escravos que foram libertos e tinham a função de capturar aqueles que fugiam das senzalas e feitorias. O que nos chama atenção está na sequência do texto: “De onde vinham, papai, esses negros todos?”. Veja-se a resposta do pai: “Da África. Lá também havia uma espécie de capitães-do-mato, que aprisionavam os pretos e os mandavam para o Brasil em navios negreiros”. Observam-se aqui três elementos que merecem destaque. O primeiro é a ideia de África como unidade, em que se ignorariam elementos culturais e especificidades de cada localidade e grupo; o segundo é a comparação didatizante, mesmo

que a serviço de um questionável entendimento por associação, dos capitães do mato com os responsáveis pela venda e tráfico de escravos no continente originário; e o terceiro seria essa construção da ideia de culpa do próprio africano pela escravidão, haja vista que os capitães do mato eram, quase que em totalidade, negros que prendiam outros negros e que os “capitães do mato no continente africano” “aprisonavam os pretos e os mandavam para o Brasil em navios negreiros”. Assim, além de ignorar os elementos culturais de todo um continente e as especificidades dos sujeitos de cada localidade, o autor parece alimentar a ideia de que os próprios negros tinham culpa no processo de escravidão e tráfico negreiro, o que se tornou parte do senso comum no discurso social brasileiro. Apenas recentemente esse tipo de argumento tem sido questionado.

O enunciado continua com o relato das viagens nos navios negreiros, relato que causa espanto e horror em Dora. A reação da filha não impede o pai de prosseguir no detalhamento da descrição, rica em elementos como a doença, imundície, enjoo e falta de alimento, que davam cabo de cerca de dois terços da “carga”. Em todo o texto, ele descreve e compara os escravos a animais. O discurso grotesco e o horror em Dora não produzem um sentimento de empatia pelos aprisionados, havendo, paradoxalmente, o aguçamento de um sentimento de curiosidade (“e como eram vendidos?”, “e como foi que acabou a escravidão?”). Ocorre aqui a entrada do movimento abolicionista.

Claudio descreve que houve, a princípio, grande resistência e perseguição aos abolicionistas por parte dos fazendeiros. Esta resistência seria liderada pelos ricos, fazendeiros e donos de escravos, com a justificativa de que não iam mais dispor dessa mão de obra para o trabalho. O problema está na falta de descrição e desenvolvimento do contexto que envolvia a luta pela abolição, havendo uma mera menção ao nome de alguns dos principais abolicionistas, com destaque para “Luiz Gama, um ex-escravo, José do Patrocínio, Rui Barbosa, José Mariano, Joaquim Nabuco, Euzébio de Queiroz e Antônio Bento”. A ênfase da data da abolição caracteriza a construção de uma história factual e positivista própria do contexto de produção da época. Uma lógica semelhante é a da construção dos vultos históricos, como veremos agora.

LUÍS GAMA O “ESCRAVO AMIGO”

Luís Gama

Um escravo abolicionista papai?! Exclamou Luis, admirado.

- E preto? Perguntou Dora

- Sim, foi escravo e era preto retinto, meus filhos; apesar disso tornou-se um dos grandes homens da nossa terra.

- Preto! Que graça! Exclamou Luís por sua vez.

- Sim meu filho, foi um preto que se fez por si, à custa do próprio esforço. A raça negra é tão capaz como a branca. Não há raças superiores, nem inferiores; o que há é desigualdade de condições e de recursos para elevar o nível material e cultural. Em nossa terra são muitos os negros e mulatos que se tornarão ilustres nas letras, nas ciências, nas artes, ou célebres pelo heroísmo. Pretos e mulatos foram José do Patrocínio, Castro Alves, Gonçalves Dias, Crus e Sousa, Rebouças, Eliseu Cesar, Juliano Moreira, e outros que não me ocorrem no momento, sendo digno de nota o nome de D. Silvério Gomes Pimenta, que chegou a ser arcebispo de Mariana.

- Onde foi que nasceu o escravo abolicionista?

- Luis da Gama é daqui da Bahia.

- Conte sua história, papai, pediu Dora.

- Luis Gama era filho de uma negra africana e de um fidalgo português. Este fidalgo, depois de esbanjar no jogo e em maus negócios toda sua fortuna, levou o menino ao passear, e vendeu-o num patacho que ia sair para o Rio de Janeiro com um carregamento de escravos.

- Teve coragem de vender o filho, esse pai? Será possível? Exclamou Dora juntando as mãos.

- Sim, teve. O menino naquela ocasião andava pelos 10 anos de idade. Revendido no Rio a um alferes que vivia de negociar escravos, foi conduzido a São Paulo, onde não houve quem o quisesse. Virou refugo.

- Refugo, por que? Quis saber Luís.

- Por que os escravos nascidos na Bahia tinham a fama de ser insubordinados. Quando Luís Gama completou dezesseis anos, foi dado ao filho do alferes, o menino Antonio Rodrigues do Prado Junior que ia a São Paulo preparar-se para estudar Direito. O escravo e o estudante tornaram-se logo amigos, tendo Antonio Rodrigues ensinado a seu amigo escravo a ler e escrever. Mais tarde Luís Gama fugiu e sentou praça; empregou-se depois como escriturário da polícia, dedicando-se sempre com afinco ao estudo. Viu por fim os seus esforços coroados de êxito. Tornou-se um rabula famoso, sobre tudo como advogado e defensor dos escravos e oprimidos. Poeta satírico e orador fluente, foi em São Paulo o verdadeiro iniciador do movimento abolicionista.

- E a Mãe dele, papai, que fim levou?

- Não se sabe, minha filha, Luís Gama fez tudo para encontrá-la, mas nada conseguiu. (WAGNER, 1947, p. 77-78).

Temos a história, em chave biográfica, de Luís Gama, reconhecido como um agente importante no processo de abolição da escravatura. O fato de ele ter sido escravo e preto causa surpresa, desperta admiração e soa como algo cômico para as crianças (“Um escravo

abolicionista, papai?!” [...] “e preto, perguntou Dora.”, “– Sim, meu filho, foi um preto que se fez por si, à custa do próprio esforço.” (WAGNER, 1947, p. 77). Vemos, no trecho, um enunciado que, a princípio, tenta construir uma história de vida romantizada de Luís Gama, mas cuja função, na verdade, é construir um discurso meritocrático. Faltou apenas perguntar por que, se ele conseguiu, outros escravos e negros não conseguiriam?

A pergunta não é feita, mas essa ideia é alimentada nos trechos de sequência. “A raça negra é tão capaz como a branca. Não há raças superiores nem inferiores; o que há é desigualdade de recursos para elevar o nível material e cultural”. (WAGNER, 1947, p. 77). Aqui mais uma vez é alimentado o discurso de meritocracia, posto que, mesmo falando em igualdade de raças, o autor se contradiz ao sustentar que a falta de recursos impede que se eleve ao nível material e cultural, mostrando assim a ideia de que a “cultura dos brancos” é maior ou mais elevada, de modo que, novamente, não se reconhece o contexto de produção cultural e religiosa pertinente ao povo negro da época. Não obstante, na sequência, são citados alguns dos “negros e mulatos” considerados ilustres por terem se destacado “nas letras, nas ciências, nas artes, ou celebres pelo heroísmo”. Em seguida, Claudio cita o nome de alguns que se encaixam nesses critérios, construindo, assim, um discurso positivista que preza pelos “grandes heróis”, que representam e endossam um valor positivo inerente à pátria.

Para reforçar esse discurso de meritocracia, são considerados alguns eventos da vida de Luís Gama. Dentre eles, destaca-se, entre episódios de sua origem e história de vida e de superação, a relação com o filho do seu senhor. Claudio desenvolve esse enredo para enunciar a afirmativa: “O escravo e o estudante tornaram-se logo amigos, tendo Antônio Rodrigues ensinado o seu amigo escravo a ler e escrever” (WAGNER, 1947, p. 78). Nota-se a incoerência na expressão “amigo escravo”, em que o segundo termo anula a relação de alteridade entre os sujeitos que é inerente ao primeiro termo. Essa contradição é realçada pelo fato de que Luís Gama teve que fugir. Quanto a esse “detalhe”, não há uma descrição dos motivos que o levaram a isso e o texto apenas continua com a promoção da distinção dos méritos de Gama: após fugir e alistar-se, consegue um emprego como “escriturário da polícia”, torna-se rábula e exerce, assim, a advocacia. Para o discurso de Wagner, pela voz de Claudio, é através de sua dedicação aos estudos que os esforços de Gama foram “coroados com êxito”.

OS TEXTOS COMPLEMENTARES

A estrutura das lições contém, além das narrativas da família do professor Claudio, fragmentos e textos de curta extensão, sendo eles de natureza diversificada. Uma unidade salta aos olhos, no plano do conteúdo temático: o ufanismo e a defesa de valores morais. Quanto à construção composicional, o problema é bem mais diversificado: os textos, em sua diversidade, recobrem gêneros como a poesia, o decálogo, o discurso entre outros.

A diferença entre os textos não está somente na relação de conteúdo temático e construção composicional, mas também aparece em nível de estilo. Dentre os textos que destacamos, para breve comentário, selecionamos três: o poema A pátria, de Olavo Bilac; os mandamentos cívicos de Coelho Neto e um fragmento de discurso de Rui Barbosa. Todos eles carregam, em sua temática, o amor e exaltação da pátria. Vejamos o poema de Bilac:

NOSSA TERRA
(Olavo Bilac)

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste,
Criança! Não verás nenhum país como êste!
Olha que céu que mar! que rios! que floresta!
A natureza aqui, perpetuamente em festa,
E' um seio de mãe a transbordar carinhos.
Vê que vida há no chão! Vê que vida há nos ninhos,
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
Vê que grande extensão de matas, onde impera,
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor a fecunda e umedece
Vê pago o seu esforço e é feliz e enriquece!

Criança! Não verás país nenhum como êste:

Imita, na grandeza, a terra em que nasceste!
(WAGNER, 1947, p. 219).

O texto de Olavo Bilac, originalmente publicado como A pátria, aparece no livro de Wagner como “Nossa Terra”. Partimos do pressuposto que isso se dá pela necessidade de um reforço constante, e até certo ponto pedagógico e apelativo, à ideia de pertencimento e amor pela pátria. A construção “Nossa Terra” apela para a defesa da ideia de que a terra não é só de uns e para uns, mas pertence a todos. Isso faz dela um mundo ordenado, onde cada elemento natural existiria em harmonia, e cuja compreensão última coincide com a identidade do povo que nela nasceu e vive.

Chama atenção o fato de esse texto poético estar dirigido a um interlocutor infantil, uma criança. Isso pode se dar pela pureza infantil, recorrendo à tese de que a terra é “o seio da mãe que transborda carinhos” (p. 219). O texto trata do Brasil como uma boa terra, que não deixa desamparado o faminto e nem sem moradia o sem-teto. Afinal a ideia central do texto é construir o pensamento de pertencimento e de orgulho pelas riquezas naturais que proporcionariam e dariam recursos para a sobrevivência e boa vida aos que nela habitam. Para isso, contudo, é necessário haver trabalho, que, na expressão do poeta, possibilita, inclusive, a riqueza e ascensão social do indivíduo. Aliado a isso, vemos a presença de elementos ligados à religião, como em “ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste”, o que denota mais do que uma necessidade de afirmação da fé, servindo, claramente, como um regulador da ordem existente na nação, em que o orgulho estaria ligado à ideia de reconhecimento da grandeza da terra pelos nacionais e pelas outras nações.

Vejamos, a seguir, o texto de Coelho Neto.

Mandamentos cívicos

- I. Honra a Deus amando a Pátria sôbre tôdas as coisas, por nô-la haver Êle dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna na terra.
- II. Considera a Bandeira como imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com tôdas as forças do teu coração.
- III. Honra a Pátria no passado: sôbre o túmulo dos heróis; glorifica-a no presente: com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o futuro: com a dedicação, que é a Força da Fé.
- IV. Instrui-te, para que possas andar pelo teu passo na vida e transmite aos teus filhos a instrução, que é dote que não se gasta, direito que não se perde, liberdade que não se limita.
- V. Pugna pelos direitos que te confere a lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta resulta a ordem, que é a força suave que mantém os homens em harmonia.
- VI. Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demónio na fortaleza do altar.
- VII. Previne-te na mocidade, economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de alumiar a noite.
- VIII. Acolhe o hóspede com agasalho, oferecendo-lhe a terra, a água, e o fogo, sempre porém, como senhor da casa: nem com arrogância que o afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro.

IX. Ouve aos teus, que têm interesse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos é porque não pode falar alto e as palavras cochichadas na treva são sempre reбуços de ideias que se não ousam manifestar ao sol.

X. Ama a terra, em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres por ti mesmo farás, que és terra e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.

(WAGNER, 1947, p. 172-173).

Nesse enunciado, há uma referência bíblica, explícita em sua construção composicional: os 10 mandamentos da Lei mosaica, presente no livro de êxodo. Além disso, temos ainda a junção de um discurso religioso aliado à ideia de amor à pátria. Tudo isso corrobora a construção de uma ideia de união entre Estado e religião, em que alguns dos elementos do exercício da fé cristã estariam presentes nos “mandamentos cívicos”, servindo para fundamentar e justificar a ordem estabelecida.

O primeiro mandamento manda honrar a Deus ao se amar a pátria sobre todas as coisas. Isso se daria pelo fato de Deus a tê-la dado por terra natal. O amor à pátria é colocado como meio para se honrar/exaltar a Deus. O problema é que esse amor deve ser soberano “sobre todas as coisas”, o que nivela a pátria e “Deus”.

O segundo mandamento tem como imperativo o culto à bandeira. Ela seria a imagem viva da Pátria, o símbolo de soberania que expressa “ordem e progresso”. Portanto, é dever cívico prestar-lhe culto e, desse modo, reforçar o mandamento anterior, dando-lhe forma de rito. Tal ritualística expressaria o amor à fusão de conceitos expressa antes: pátria/Deus.

O terceiro mandamento traz a ideia de tempo linear, passado, presente e futuro. Cada período de tempo tem suas características e funções próprias. O passado estaria ligado à ideia de honra, pois foi nele que os grandes heróis nacionais lutaram duras batalhas em nome e em defesa da pátria. Seguindo a linearidade, no presente, a pátria seria glorificada pela virtude e pelo trabalho, que possibilitariam e dariam impulso para o futuro. Assim, é alimentada a ideia de honra, glória e dedicação para a construção e defesa da pátria. Outros elementos se repetem e se associam: a ideia dos heróis da pátria, a necessidade de virtude para boa conduta moral, a ideia de trabalho como impulsionador do futuro próspero e, aliado a isso, o elemento religioso da força da fé.

O quarto mandamento versa sobre a instrução, sem a qual não se poderia traçar um caminho próprio. É necessário que seja transmitida aos filhos. Há nesse discurso, ainda que de forma oculta, a presença de elementos religiosos, com referência ao livro bíblico de Provérbios 22:6, em que se lê o comando: “Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho, não se desviará dele.” (BIBLIA KING JAMES, 2013) A instrução seria o dote que não se gasta, o direito que não se perde e a liberdade incondicional.

No quinto mandamento, vemos a indicação a respeito dos princípios estabelecidos na Lei. São eles os responsáveis por manter a ordem do mundo, os princípios que asseguram a garantia dos direitos. O princípio da ordem, apesar de ser mostrado como algo positivo e que ordena uma cosmovisão, também é responsável por naturalizar elementos sociais que precognizam que cada indivíduo deve exercer determinada função que a norma lhe impõe. Assim, a ordem, até certo ponto, também assegura as desigualdades e as fundamenta como algo natural.

O sexto mandamento dá ares religiosos à disciplina. Ele trata da questão de uma necessidade de obediência e sujeição aos superiores: a disciplina é fundamental para manter a harmonia da sociedade. Os patrões, desse modo, têm autoridade sobre os seus empregados e essa autoridade deve ser mantida. Tal ideia de resignação e não rebeldia é alimentada e fundamentada com elementos do divino e do profano, recomendando-se que, quando o pensamento de rebeldia contra o patrão viesse à tona, a solução seria o refúgio no trabalho, que surge, assim, como virtude, forma de refúgio e proteção, como alguém que se defende do demônio frente ao altar.

O sétimo mandamento trata de uma prevenção. Adverte ao jovem que mantenha alguma economia para um momento em que não mais poderá trabalhar e, assim, mais uma vez, incentiva o trabalho, pondo-o na perspectiva da proteção da velhice.

O oitavo mandamento tematiza a hospitalidade, tida como característica do povo brasileiro. Todavia, o autor adverte que deve haver uma intermediação e controle dessa hospitalidade, para que os donos da residência não sejam arrogantes e afrontem os “hóspedes” e também para que não sejam submissos e humilhados por eles.

O nono mandamento funde família e nação, erguendo prevenções contra os estrangeiros e os que comungam de ideais tidos como subversivos.

Por fim, o décimo mandamento ordena, outra vez, o amor à pátria. Assim, ao prescrever “ama a terra em que nasceste, e à qual reverterás na morte.”, cria um novo tipo de vínculo entre o indivíduo e a pátria, de modo que aquilo que o sujeito fizer em benefício dela, o faz também em benefício próprio. Cria-se também um vínculo de imortalidade entre o sujeito e a memória da pátria, haja vista que, se o sujeito fizer algo notável e grandioso pela pátria, sua lembrança viverá junto com as memórias construídas em torno da história nacional. E, desse modo, o indivíduo, além de ser reconhecido e de se reconhecer como participante da terra, vai também receber as honras de ser herói e, mesmo depois de morto, estar vivo na memória e história da nação.

Passemos, agora, ao fragmento do texto de Rui Barbosa.

A pátria

A pátria é a família amplificada.

E a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. E' uma

harmonia instintiva de vontades, uma desestudada permuta de abnegação, um tecido vivente de almas enlaçadas. Multiplicai a célula e tendes o organismo. Multiplicai a família e tereis a Pátria. Sempre o mesmo plasma, a mesma substância nervosa, a mesma circulação sanguínea. Os homens não inventaram, antes adulteraram a fraternidade que Cristo lhes dera a fórmula sublime ensinando-os a se amarem uns aos outros: *Diliges proximum tuum sicut te ipsum*.

Dilatai a fraternidade cristã e chegareis das afeições individuais às solidariedades coletivas, da família à Nação, da Nação à humanidade. Objetar-me-eis com a guerra? Eu vos respondo com o arbitramento. O porvir é assaz vasto para comportar essa grande esperança. Ainda entre as Nações independentes, soberanas, o dever dos deveres está em respeitar nas outras os direitos da nossa. Aplicai-o agora dentro nas raías desta: é o mesmo resultado: benqueiramo-nos uns aos outros, como nós queremos a nós mesmos. Se o casal do nosso vizinho cresce, enrica e pompeia, não nos amofine a ventura de que não compartimos. Bendigamos, antes, na rapidez de sua medrança, no lustre da sua opulência, o avultar da riqueza nacional, que se não pode compor da miséria de todos.

(WAGNER, 1947, p. 71-72).

Aqui a pátria surge como uma extensão da família e, mais uma vez, o autor se vale de elementos religiosos para justificar seu argumento. A família surge, então, como algo dotado de uma ordenança divina organizada por elementos como a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença e o sacrifício. Ele tenta construir a ideia de pertencimento e proximidade entre os membros de um mesmo país como algo instintivo e natural. Para isso, usa elementos próprios das ciências biológicas, ao afirmar que os indivíduos em família são como células e a multiplicação dessas células (famílias) resultaria no organismo que corresponderia à pátria. Essa união seria necessária para que os homens vivessem em paz e harmonia. No entanto, o princípio de fraternidade estabelecido no texto e dado aos homens por Cristo “*Diliges proximum tuum sicut te ipsum*.”, no qual deveria prevalecer o amor ao próximo, estaria corrompido e adulterado pelos homens.

Ele chama atenção para a necessidade da ampliação da fraternidade cristã. Pois, por e com ela, seria possível manter a união quase orgânica na Nação. Estabelece, com isso, que a família seria o que manteria e ligaria o homem à Nação e, por conseguinte, a Nação seria o elemento que daria sustentabilidade, homogeneidade e proporcionaria união à humanidade.

Quando analisamos os textos que endossam a ideia de amor à pátria, extraídos de obras de terceiros, comparando-os aos textos narrativos, produzidos por Wagner, pode-se observar que, além do conteúdo temático, o estilo e a construção composicional também se alteram. Isso endossa ainda mais nossa hipótese da existência de um modo específico de reforço do

preconceito racial no campo humano específico do discurso didatizante e sua necessária manifestação em forma específica de enunciado concretamente estável. Em sua totalidade, os textos destinados a tratar de questões que envolvem a representação da história e cultura atribuídas aos africanos e afro-brasileiros, no livro, possuem uma forma de enunciação específica, que, apesar da variação temática superficial, – ora fala-se das Baianas, ora dos escravos e ora de Luís Gama e do processo de abolição. – permanece a diretriz axiológica que inferioriza os descendentes de africanos, mesmo quando se pretende dar um ar simpático às suas figuras. Trata-se do complexo axiológico dos intelectuais compassivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AMARAL WAGNER, INTELECTUAL COMPASSIVO

Para Joel Rufino dos Santos (2004), o sistema intelectual brasileiro produziu, a partir de suas condições históricas internas, quatro tipos de intelectuais. O seu esforço de narrar uma aventura do intelectual brasileiro tem como limitação evidente os vínculos frouxos que sua tipologia constrói com a evolução dos modelos econômico e sócio-histórico nacionais. Todavia, aplicaremos nossa atenção à produtividade dos tipos que Santos (2004) elenca em sua proposta, mas para uma finalidade mais pontual: analisar um caso em que representações distintas da figura do intelectual se delineiam ao longo de um raciocínio “narrativo”, como nos parece ser o seu.

Também exploraremos, adiante, como ilustração, a aplicação dos tipos à atividade intelectual de um recorte arbitrário de escritores, escolhidos em função da presença de imagens e sujeitos da pobreza em suas obras, posto que esta relação é essencial na tipologia de Santos e elucida o quadro axiológico que desnudamos em Wagner. Passemos à proposta de Joel Rufino dos Santos (2004).

Nem todos os tipos descritos por Santos (2004) sobreviveram à alvorada do século XX. Pode, todavia, um tipo de intelectual deixar de existir, enquanto o discurso que constitui sua prática sobrevive, para além do desaparecimento de sua condição de origem? Parece-nos que, no quadro da tipologia proposta por Santos (2004), poder-se-ia sustentar tranquilamente que, do ponto de vista propriamente estilístico, superando o abandono de certas fórmulas de construção composicional, a modelização da sensibilidade do público leitor, associada à força gravitacional que o poder político e econômico exerceram por séculos sobre nossa intelectualidade artística literária, fez subsistirem, como se autonomizados, os marcadores temáticos e expressivos próprios dos discursos de um tipo de intelectual cuja existência histórica efetiva já se deveria considerar plenamente superada. Seria, contudo, um enorme contrassenso. Por outra via de raciocínio, é inegável que a sobrevivência de estilos anacrônicos é um fato. Sua persistência decorre, em nossa opinião, da própria evolução da representação social. Esta, mantendo seu núcleo central, mobiliza subconjuntos definidores complementares que, em face de um

desenvolvimento histórico desigual — no sentido de que não é o mesmo em todos os grupos, classes, espaços regionais etc. —, continuam operando, com força e efetividade variadas.

É este, exatamente, o caso dos intelectuais pedantes. Para Santos, o elemento que atua como traço distintivo, no seu caso, é “que serviram, direta ou indiretamente, à sociedade escravista”. (SANTOS, 2004, p. 135). O pensamento esquemático do autor organiza, sobre este período, uma percepção unidimensional de realidade: no escravismo, havia um tipo único de intelectual, o primeiro dos vários tipos que haveria no Brasil, e que servem ao escravismo. O aspecto narrativo do modelo não carece de explicar como e por que o escravismo é tomado como um tempo e não como um modo de produção. Apesar de ser absorvido pela dimensão da temporalidade, Joel Rufino também se escusa de fazer compreender que, no mínimo, há duas etapas no escravismo brasileiro: o escravismo pleno (1550-1850) e o tardio (1851-1888). Ainda podemos elencar outra simplificação incapacitante, que também atribuímos à “narrativização” da experiência histórica: Santos não atenta para o fato de que ocorreram, nas palavras de Clóvis Moura (1994), importantes modificações tangenciais, sempre sujeitas a um processo de diversificação regional permanente. Dizendo de outro modo, o escravismo de Santos não é somente temporalidade uniforme, mas é igualmente espacialização uniforme. Um estudo da formação do sistema intelectual brasileiro não poderia, por fim, abrir mão do entendimento de que, sob o modo de produção escravista, além dos donos dos meios de produção, haveria, no mais simplificador dos modelos teóricos, ao menos outra classe implicada: a dos escravos. Todavia, na planificação coerentemente executada de sua narrativização, o papel da personagem requer atributos que lhe permitam atuar no modelo narrativo. O principal destes atributos não pode ser senão a percepção ocidental da condição letrada à europeia. Este é o intelectual pedante, o personagem eleito para atuar no escravismo narrativizado de Santos.

Estes intelectuais pedantes, para Joel Rufino dos Santos, prestam seu serviço por duas vias simultâneas: excluindo os pobres do horizonte de uma interlocução possível (fenômeno que lhes permite, até, falar contra a escravidão, sem jamais falar aos escravos, interlocutores impossíveis) e, ao mesmo tempo, elevando o manejo da palavra a um virtuosismo cabotino, arcaizante e prolixo. Nisto reside o núcleo central desta representação do intelectual pedante. Santos elenca, entre os sucedâneos do intelectual pedante, Coelho Neto, o piedoso autor do decálogo que Wagner seleciona como texto de apoio de seu capítulo.

Há também que se considerar em nossos dias seus epígonos, aqueles sujeitos que, gozando de boa saúde e em plena atividade, falam, escrevem e servem, alheios à miséria da maioria, tais quais os melhores retóricos do Brasil escravista! Intelectuais pedantes continuam a existir e, provavelmente, existirão sempre, mas não por serem odiosamente indiferentes às injustiças do mundo. Eles compõem um subconjunto ainda ativo da representação do intelectual no Brasil. Compõem-no como conteúdo ideacional e como sujeitos, no repositório de imagens que a nossa cultura dispõe para discernir um tipo de estar-no-mundo em que o conhecimento se confunde com erudição ornamental e, por vezes, vazia. Subsistem nas imagens

do “cientista louco”, dócil ou não, que parece viver fora do mundo. Subsistem igualmente na arte poética dos “bruzundangas”, para usarmos a cáustica percepção de Lima Barreto.

O segundo tipo de intelectual perfilado por Santos é o intelectual classista. Este segundo tipo somente emerge ao plano do debate público de ideias quando sua especialidade se torna, ela mesma, um subproduto do capitalismo. Intelectuais classistas seriam, assim, aqueles “que se colocam como grupo autônomo especializado na manifestação de ideias, no interior da ordem moderna”. (SANTOS, 2004, p. 139). Sem que seja necessário, muitas vezes, posicionar-se sobre o modo de produção, não podem eles deixar de, conscientemente ou não, alinhar-se ao lado do trabalho ou do capital. Sem tal alinhamento, não seriam classistas. E, condenados a existir no seio de uma sociedade dividida em classes antagônicas, sem tal alinhamento não poderiam ser intelectuais. Para Joel Rufino dos Santos, os intelectuais classistas se dividem, portanto, em dois subtipos: passivos (posicionados ao lado do capital) e compassivos (alinhados às fileiras do trabalho). Um leitor atento perceberá aqui outro subconjunto familiar: a representação do intelectual moderno. Prossigamos, carregando nossas próprias lentes, na trilha aberta por Santos, em busca dos componentes representacionais do tipo. Entendemos não ser necessário continuar apontando as virtudes e defeitos da proposta de Santos, uma vez que está claramente definida a abordagem a partir da qual servimo-nos de sua padronização.

Os intelectuais passivos, sejam eles beletristas ou tecnoburocratas, constituem a imagem mais difundida de intelectual. Santos não se dá ao esforço de definir os beletristas, que reconhecemos, de imediato, naquela tradição que se prolongou do parnasianismo, engendrando multidões de poetas menores, os sonetistas de província e os orgulhos municipais, que, cuidadosamente, compilam seus livros de poemas, suas “histórias dos nomes das ruas” e biografias e genealogias de chefetes de mérito duvidoso. É o diapasão do discurso destes sujeitos que localiza, aos montes, os camões e os dantes da província, ou que aquilatam como hercúleo o braço político que ergueu o coreto, a escola, o passeio público... mas poderia ser esta também, de modo geral, a representação imagética de qualquer escritor que, desde o advento da exploração do trabalho livre, não se tenha perfilado do lado do trabalho. Os beletristas convivem, de perto e de longe, com os tecnoburocratas, que atendem à “necessidade de alta racionalização do capitalismo atual” (SANTOS, 2004, p. 139) e se encontram, igualmente, mergulhados no mar da meritocracia. Diferem dos beletristas por serem remunerados com parte do que sobra da exploração do trabalho gerenciada pelas empresas e pelo Estado, o que os define como burgueses. Santos lista, sob este rótulo, de administradores e técnicos a cientistas e educadores.

Dos compassivos, trataremos logo a seguir, mas não antes de apontar que o último tipo de intelectual destacado por Joel Rufino dos Santos, o intelectual dos pobres, constitui um tipo excepcional. Santos destaca que a atuação desse tipo de intelectual se dá, essencialmente, por meio do que ele define, ao modo de Walter Benjamin (2012), como uma fala em contrapelo, erguida por uma prática contra-hegemônica. Ora, este também é um subconjunto familiar de

representação do intelectual, e sua identificação em nossa matriz cultural pode remontar às formações discursivas já operantes no tempo dos árcades e às suas obras, se não for possível identificá-las nos relatos dos cronistas viajantes, sobremaneira os não católicos. Os exemplos que Joel Rufino dos Santos inventaria pertencem todos ao mundo do samba, com exceção de Bispo do Rosário e Gabriel Joaquim dos Santos. A entender-se bem, não teria havido nenhum escritor brasileiro que tivesse alcançado a condição de intelectual dos pobres. Isto não causa estranheza, uma vez que somente aqui Santos admite a possibilidade de existência de um intelectual que não esteja recoberto das insígnias da cultura letrada de feição ocidental, ou, melhor dizendo, europeia. Se há um avanço neste sentido, não deixamos de notar, em sentido diverso, que, fiel à progressividade linear do tempo-calendário, sua emergência, ao que tudo no modelo narrativizado de Santos indica, seria recente ou, no mínimo, temporã.

Retornemos, para concluir, ao conteúdo representacional dos intelectuais compassivos, último subconjunto a descrever e recanto em que acreditamos ter flagrado Amaral Wagner. Joel Rufino dos Santos arrola, entre os intelectuais que adotaram uma ética da compaixão, escritores importantes como Raul Pompéia, Lima Barreto e Mário de Andrade. Incluímos no rol Luís Amaral Wagner. Esses intelectuais compassivos representam os pobres “com simpatia e honestidade”. Nisto seriam diferentes, por exemplo, de um Rui Barbosa, intelectual passivo que, na ponderação sarcástica de Santos (2004, p. 104), em termos de política e filosofia, não teria passado da gramática. Não nos parece, portanto, ilógica a sua presença entre os textos de apoio do capítulo de Wagner.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BÍBLIA SAGRADA. **Antigo Testamento**. Provérbios. Trad.: Comitê Internacional e Permanente de tradução e revisão da Bíblia King James Atualizada (KJA/Sociedade Bíblica Ibero-Americana). São Paulo: Abba Press, 2007.

CAYMMI, D. **O que é que a baiana tem?** [1938-1939]. Disponível em <http://www.suasletras.com/letra/Dorival-Caymmi/O-Que-e-Que-A-Baiana-Tem-/35810> acesso em 05/11/2019 – 10hrs12min.

GIAKU, L. **Força e Magia dos Voduns**. (2004/05). (52min26s) Direção, Roteiro e Edição: Soraya Público de Castro Mesquita Realização: IRDEB - TVE Televisão Educativa da Bahia. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y6TXCfUH4Vo>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019, às 14:20.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, J. R. dos. Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WAGNER, L. A. **Nosso Brasil**: para o quarto Primário. 90. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

Recebido para publicação em 18 de Dezembro de 2019.

Aceito para publicação em 2 de Março de 2020.